



## **DESVENDANDO UM PATRIMÔNIO: PRODUÇÃO DE UM INVENTÁRIO PARTICIPATIVO**

Andrea Rocha Santos Filgueiras <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo propõe explicar o que é um inventário de referências culturais e o surgimento do inventário participativo, destacando sua importância para uma pesquisa de patrimônio no tempo presente. O inventário é um instrumento importante para identificar e documentar os bens culturais que representam as diversidades e pluralidades culturais existentes na sociedade. Essa temática faz parte da pesquisa atualmente realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe – PROHIS/UFS, *A Construção de um Inventário de Referências Culturais: o caso do Mercado Municipal Antônio Franco na cidade de Aracaju/Sergipe*. Que tem como objetivo identificar e documentar os bens culturais existentes no referido mercado que projetem para a sociedade um reconhecimento patrimonial, discutindo a função do patrimônio no tempo presente e analisando a identidade que é demonstrada.

**Palavras-chave:** Inventário. Presentismo. Patrimônio.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, PROHIS/UFS. Professora da Rede Estadual de Educação da Bahia e de Sergipe. [arsfprofessora@gmail.com](mailto:arsfprofessora@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Quando estamos pesquisando sobre o patrimônio cultural, não existe apenas uma versão sobre as coisas. As pessoas podem ter diferentes informações sobre uma mesma referência cultural e, dependendo das suas relações com a referência, podem até ter visões contraditórias. Quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o conhecimento sobre a referência, os seus significados e a importância para as pessoas.

Mas, o que é um patrimônio cultural? Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. Para ser um patrimônio cultural é necessário ter importância coletiva. Interligar as pessoas. E muitas pessoas de um mesmo grupo devem se identificar. É por meio do patrimônio cultural que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. Como nos afirma Choay (2006, p.240) “[...] o patrimônio parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem”. O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas e elas sequer conseguem dizer o quanto é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. O patrimônio cultural é tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia.

Como pesquisar um patrimônio no tempo presente? Uma possibilidade é a produção de um inventário de referências. Um instrumento importante para identificar e documentar os bens culturais que representam as diversidades e pluralidades existentes na sociedade. É uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais.

Neste artigo destacaremos duas publicações realizadas pelo IPHAN que tratam diretamente sobre a temática abordada: o *Inventário Nacional de Referências*

*Culturais: Manual de Aplicação*, publicado em 2000. E a mais recente, a publicação *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*, sendo esta realizada em 2016.

## 1. O INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) surgiu como uma ferramenta na identificação e documentação dos bens culturais brasileiros e, como consequência passou a promover a preservação de tais bens, tanto materiais, quanto imateriais. Depois da promulgação da Constituição de 1988, que incorpora a visão antropológica, além das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural, vários debates e reflexões se sucederam a fim de construir uma referência no que diz respeito à chamada preservação dos patrimônios culturais no Brasil.

Em 1995, o Departamento de Identificação e Documentação (DID) patrocinou um Encontro de Inventários do Conhecimento, no Rio de Janeiro, onde foram apresentados trabalhos e experiências de inventário, do próprio Iphan e de outras instituições estaduais e municipais. Esses trabalhos foram reunidos na publicação *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. A partir deste ano surgiram várias parcerias para a produção de inventários. Podemos citar como exemplo a parceria entre a Superintendência Regional de Minas Gerais e o DID que realizou uma experiência-piloto de Inventário de Referências Culturais na cidade do Serro. Na apresentação do *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação* (2000, p. 7), CORSINO nos afirma:

O aprofundamento dessas reflexões teve continuidade em 1997, no Seminário do Patrimônio Imaterial, em Fortaleza, e em nova experiência de realização do inventário de referências culturais em Diamantina – MG, como parte do processo de instrução do dossiê da candidatura daquela cidade à lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Com o esforço do DID, em 1999 o Iphan contratou uma equipe multidisciplinar coordenada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Deu-se início à elaboração do instrumento de pesquisa e gestão que pudesse subsidiar informações sistematizadas e comparáveis para a promoção de políticas

públicas, que devido às condições favoráveis foi possível a construção do *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*, em apenas seis meses de trabalho. De acordo CORSINO (2000, p. 7-8):

- As experiências anteriores do inventário de referências culturais e a consolidação dos demais inventários desenvolvidos pelo DID;
- A realização de nova experiência do inventário de referências culturais, na cidade histórica de Goiás, como parte do processo de instrução da sua candidatura à lista do Patrimônio Mundial, em parceria com a 14ª SR e o Movimento Pró-Cidade de Goiás;
- As definições das categorias de bens culturais produzidas pela Comissão e pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, recentemente estabelecidas no Decreto nº 3.551, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial; e
- As comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e os investimentos promovidos pelo Ministério da Cultura na área do Museu Aberto do Descobrimento - MADE, o que possibilitou a contratação da empresa Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais.

A construção dessa metodologia ocorreu em campo, através do projeto piloto realizado na área do Museu Aberto do Descobrimento (MADE). Abrangeu a população de sete localidades dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, no estado da Bahia. Sob a coordenação do professor Arantes, aprimorou-se a definição da base conceitual do Inventário e foram criados, testados e aprimorados os formulários, a metodologia e o banco de dados do INRC. Todo o processo foi desenvolvido com base na interlocução permanente entre a equipe técnica interdisciplinar do IPHAN e a equipe dos consultores, sob a supervisão do DID.

Temos, portanto, um documento de orientação o *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação* para que fosse o guia na realização de inventários. Esse documento possui dois objetivos centrais:

- Identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
- Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação.

O manual traz a explicação do que é inventário, partimos de uma definição do dicionário Aurélio. Inventário, do latim jurídico *inventarium*, “encontrar”:

- (1) relação dos bens deixados por alguém que morreu;
- (2) por extensão, descrição e enumeração minuciosa;
- (3) levantamento individuado e completo de bens e valores.

Compreendemos que a partir da definição acima, podemos destacar que a primeira característica de qualquer inventário é a exaustividade. Um inventário nunca deve ser feito de forma vaga ou imprecisa, e sim, com riqueza de detalhes. Inventariar, significa também encontrar, tomar conhecimento, identificar. Tendo como tarefa primordial, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação.

Mas, o que seria um inventário de referências culturais. Primeiro vamos entender o termo *referência* que é de uso corrente na linguagem cotidiana. Etimologicamente, vem do verbo latino *referre*, que significa levar, transferir, remeter. Pressupõe uma relação entre dois termos, um movimento em determinada direção. De acordo LONDRES (2000, p.12):

Na linguagem corrente, o termo “referências” é sinônimo de informações (pedir referências sobre um candidato); em uma biblioteca, “obras de referência” são obras de consulta, que esclarecem sobre uma linguagem, um determinado assunto, etc.; quando cientistas mencionam “centros de referência” em sua área, isso significa “modelo”, padrão de qualidade, remissão obrigatória quando se estuda aquele assunto; quando dizemos que um determinado indivíduo ou grupo perdeu seus “pontos de referência”, isso indica uma crise de identidade, um desenraizamento, em geral decorrente de uma mudança significativa: transferência para local desconhecido, alteração de situação social, em suma, uma perda importante.

Já a expressão *referência cultural*, trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas. De acordo LONDRES (2000, p.14), “Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à

paisagem, às edificações e objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças, hábitos, etc.” A situação de diálogo que se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma troca de que todos sairão enriquecidos: para os pesquisadores valores antes desconhecidos irão ampliar seu conhecimentos e compreensão do patrimônio cultural; e a comunidade poderá identificar e valorizar partes de seu próprio acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente valorizada pelo próprio grupo. Como nos afirma LONDRES (2000, p. 19-20):

Reconhecer essa diversidade não significa que não se possa avaliar, distinguir e hierarquizar o saber produzido. Haverá sempre referências que serão mais marcadas e/ ou significativas, seja pelo valor material, seja pelo valor simbólico envolvidos. Por outro lado, bens aparentemente insignificantes podem ser fundamentais para a construção da identidade social de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo étnico, etc. Ou seja, é preciso definir um ponto-de-vista para organizar o que se quer identificar, e para isso é preciso definir um determinado recorte ou recortes – como, por exemplo, o trabalho, a religiosidade, a sociabilidade – o que, evidentemente, vai indicar uma determinada compreensão do campo que se quer mapear.

As referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura.

Fazer um inventário de referências culturais deve incluir além de objetos fisicamente discerníveis, os valores e as significações enraizadas nas práticas sociais. Tarefa nada fácil para os pesquisadores.

[...] um ponto de partida do inventário é focalizar dimensões concretamente apreensíveis da cultura: documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem aspectos do que, para determinado grupo social, sejam as suas referências em relação aos temas selecionados por este trabalho. Este é um primeiro nível da realidade a ser inventariada. INRC (2000, p.30)

No *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*, o professor ARANTES apresenta suas reflexões e explicações, questionários e formulários do INRC. Tudo muito detalhado e autoexplicativo. A metodologia de INRC pressupõe três etapas de trabalho que fazem parte de um mesmo processo de produção de conhecimento: Levantamento preliminar, Identificação e Documentação. Entende-se que um determinado inventário é completo quando o processo de

elaboração de coletas de dados, articulação da base social e produção de conhecimento contemplam as fases supracitadas. Isso vale para todos os inventários, quer sejam de enfoques temáticos ou territoriais.

O manual de INRC possui um conteúdo programático, distribuído em fichas que contêm, cada uma, espaços específicos para descrições acerca do bem. Em termos de territorialidade, há duas fichas: a Ficha de Identificação de Sítio e a Ficha de Identificação de Localidade. A finalidade de ambas é circunscrever um espaço social através das fronteiras delimitadas pela ocorrência de referências culturais. Há outras fichas de identificação, que se referem especificamente aos bens e caracterizam-se pela divisão em categorias (Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares). Além dessas, há quatro anexos de sistematização do material pesquisado: a) A1 – Bibliografia; b) A2 – Registros Audiovisuais; c) A3 – Bens Culturais Inventariados e d) A4 – Contatos. Há, ainda, outras fichas complementares, produzidas para auxiliar os pesquisadores no decorrer da investigação, como fichas de campo e questionários de identificação.

A complexidade e a extrema especificidade do INRC têm sido criticadas por diversos pesquisadores, que apontam dificuldades em descrever as práticas culturais investigadas nos limites das suas fichas. Uma crítica recorrente é o reducionismo analítico forçado pela metodologia. Os críticos referem-se à limitação que o instrumento colocaria aos pesquisadores ao descreverem dinâmicas culturais tão complexas nos espaços encapsulantes das fichas do Inventário. O conceito de cultura estaria sendo forçosamente diminuído, pela redução semântica e metodológica nas categorias e nos campos do INRC:

Embora as críticas sejam legítimas e pertinentes, talvez seja mais produtivo encarar o INRC não por meio de suas limitações ou inconsistências, mas tentar entender sua lógica e seu compromisso com certas demandas provindas da consecução de políticas públicas patrimoniais.

Em 02 de março de 2009, o IPHAN publica uma instrução normativa, que dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Até então, a utilização da metodologia do INRC era de uso exclusivo do IPHAN, a partir desta normativa a pesquisa das referências culturais é passível de ser aplicada por pessoas externas ao IPHAN, desde que devidamente

autorizada e acompanhada pela Gerência de Identificação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan.

Em 2012, foi desenvolvido e disponibilizado, o Inventário Pedagógico, com base em metodologias de ferramentas já existentes no Iphan, principalmente o INRC. Esse trabalho é fruto da participação do Iphan na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC. Decidiu-se, à época, que em função da diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo Programa, seria necessário pensar uma atividade que abarcasse tais diferenças culturais, geracionais e territoriais, criando uma aproximação inicial com o tema patrimônio cultural.

Em razão de solicitações de técnicos das unidades do Iphan e de outros setores do Ministério da Cultura, bem como por sugestões e demandas de determinadas organizações da sociedade civil, decidiu-se adaptar o material para aproveitamento em iniciativas e atividades para além do Programa Mais Educação. Desta forma, surge então em 2016, a publicação *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*.

## 2. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

A publicação *Educação Patrimonial: Inventários Participativos* é de livre acesso, “ [...] destinada ao público em geral, podendo ser utilizada sem necessidade de licença, autorização ou cessão de direitos. ” (2016, p. 5)

A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações. Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. É ter um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local.

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações.

De acordo o manual *Educação Patrimonial: Inventários Participativos* é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o



patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela. O principal objetivo de um inventário participativo é fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade.

O manual apresenta orientações para a preparação de um inventário participativo: organização do roteiro, o material necessário, a seleção dos entrevistados, as formas de registrar todas as informações, como deve ser feita a produção dos documentos e a divulgação posteriormente.

O manual disponibiliza várias fichas de inventário: Ficha do Projeto; Ficha do Território; Fichas das Categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes); Ficha das Fontes Pesquisadas, Ficha do Relatório de Imagem e Ficha do Roteiro de Entrevista. As fichas são apresentadas individualmente, com todas as explicações metodológicas necessárias. Além de enumerar o que deve ser feito antes e durante a execução das atividades.

Com essa publicação, criou-se subsídios para a realização de várias pesquisas no campo da preservação do patrimônio cultural. E para exemplificar trataremos agora sobre a pesquisa atualmente realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe – PROHIS, “A Construção de um Inventário de Referências Culturais: o caso do Mercado Municipal Antônio Franco na cidade de Aracaju/Sergipe”.

## **2.1 CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO**

As orientações da publicação *Educação Patrimonial: Inventários Participativos* irão subsidiar a construção de um Inventário do Mercado Municipal Antônio Franco na cidade de Aracaju/Sergipe. O nosso desafio é registrar os olhares dos que vivenciam esse cotidiano. Será necessária uma adaptação, pois tudo está reunido no mesmo espaço: lugares, objetos, celebrações, forma de expressão e saberes. E o registro deverá ocorrer de forma harmoniosa.

O referido mercado foi inaugurado em 1926 e revitalizado em 2000, é um patrimônio reconhecido oficialmente pelo estado de Sergipe por integrar o Centro Histórico da cidade de Aracaju. Para a realização do inventário é necessário conhecer detalhadamente o território da pesquisa. Em visita ao Iphan/Sergipe foi disponibilizado a ficha de identificação dos Mercados Centrais e a possibilidade de análise técnica do setor responsável por inventários. Mantivemos contato com a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (ENSURB) que é o órgão ao qual a administração do mercado está subordinada. Para compreendermos como as relações sociais foram se transformando com o passar do tempo, recorreremos às publicações em jornais desde a década de 20 (período da sua construção), assim, teremos a visão da sociedade sobre o Mercado Municipal em cada época. Iniciamos, portanto, a pesquisa documental no Arquivo Público de Sergipe (APES), destacamos a publicação do Diário Oficial de 09.02.1926 que trata da inauguração realizada no dia anterior, e as matérias divulgadas nos jornais Sergipe-Jornal, Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade, que mostram o cotidiano do Mercado Municipal Antônio Franco.

A observação in loco foi necessária, através da qual verificamos atentamente a ocupação espacial, a rotina, o funcionamento administrativo e principalmente conseguimos nos aproximar das pessoas que compõem o mercado (comerciantes, artesãos, administradores, fiscais, pessoal de apoio, visitantes e turistas). Era necessário estabelecer uma relação de confiança antes de iniciar as atividades de campo. A postura do pesquisador é importantíssima, deve conseguir se integrar ao contexto e ao mesmo tempo conseguir ter um olhar diferenciado, para que assim, possa desvendar o patrimônio.

Para a primeira etapa da pesquisa de campo, foram selecionadas 18 lojas que estão na Praça do Relógio, parte central do mercado. Foi possível identificar uma variedade de produtos em cerâmica, palha, cipó e madeira, além da diversidade de bordados, rendas e confecções, produzidos em várias regiões de Sergipe e em outros estados. Os produtos são registrados em uma planilha com fotografias, identificando matéria prima, origem e dinâmica do cotidiano da loja. Os saberes também são registrados, como por exemplo a roda de capoeira que se apresenta todos os sábados às 9 horas. Da mesma forma, o fazer da artesã Dona Marlene que produz flores e arranjos para quadrilhas juninas, noivas, debutantes.

No último trimestre de 2017 foram 12 visitas de campo, que não foram suficientes para concluir a primeira etapa do projeto. Devemos respeitar o ritmo das atividades do mercado e quanto maior o fluxo de pessoas, mais difícil conseguir registrar as informações.

Iniciamos 2018 avaliando o projeto em andamento, percebemos que era necessário mapear o mercado todo, para que assim, fossem decididos os novos encaminhamentos. Foram necessárias 05 visitas para realizar o esboço do layout do mercado e o preenchimento de uma ficha que identifica o que funciona em cada local.

Após o mapeamento foi possível registrar que atualmente existem 152 estabelecimentos em funcionamento, sendo: 79 lojas com artesanatos e confecções, 36 lojas do ramo alimentício, 13 lojas de ferragens, 07 barbearias e mais 17 com produtos variados (produtos para animais, fumo de corda, eletrônicos, atacados, material de limpeza e velas). E podemos destacar algumas manifestações culturais: capoeira do mercado, a literatura de cordel, o chorinho no Bar Bom Tempero e o Sanfoneiro “Zé Américo”. Estas são algumas informações provisórias pois a produção do inventário está em processo de construção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Temos como objetivo, identificar e documentar os bens culturais existentes no Mercado Municipal Antônio Franco em Aracaju/Sergipe que projetem para a sociedade um reconhecimento patrimonial. De que forma isso acontece? De que maneira os bens identificados projetam esse reconhecimento? Como eles são capazes disso? São algumas respostas que pretendemos apresentar reflexões após a conclusão do Inventário Participativo de Referências Culturais. Por isso, o foco da nossa pesquisa é compreender os sentidos de identidade que estão sendo representadas no espaço do Mercado no tempo presente.

Pretendemos analisar as problemáticas e significados que os bens inventariados projetam dentro da questão cultural e as percepções variadas de sua existência, perdas e valoração. Como resultado teremos a identificação e documentação de bens culturais com a finalidade de enaltecê-los, possibilitando a

reflexão de políticas de conservação, de modo a colaborar na gestão das ações de acautelamento de objetos portadores e representativos de valores. Como nos afirma LONDRES (2000, p. 15):

Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder. Pois, são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos (no caso do Brasil, de índios e negros), ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrem simplesmente à destruição dos vestígios da cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma “identidade nacional”.

Com a construção do inventário participativo pretendemos identificar, a dinâmica social que esses bens e práticas culturais estão inseridos, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados.

Os procedimentos de investigação devem ser utilizados com criatividade e flexibilidade, na medida do possível, simples, diretos, claros e, principalmente, completos. Produzindo informações que, espera-se, sejam úteis para as políticas de patrimônio, valorizando as identidades dos grupos sociais envolvidos.

## REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed.UNESP/Estação Liberdade, 2006.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: **inventários participativos: manual de aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: **manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria CORSINO. Introdução de Antônio Augusto ARANTES Neto. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio de Cecília LONDRES – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.